

inventário e partilha

inventário: é a ação pela qual se alistam, descrevem, avaliam e liquidam os bens do patrimônio do de cujus, a fim de que sejam entregues a seus herdeiros. No processo, realiza-se o ativo e o passivo do de cujus, pagando-se também os legados e o imposto causa mortis.

importante → sua abertura deve ser requerida no prazo de 3 meses contados da abertura da sucessão, devendo ser encerrado nos 12 meses subsequentes, salvo extensão do prazo pelo juiz.

Procedimento

- inventário judicial: aplicação residual; falta de consenso; testamento; interesse de incapaz.
- inventário adm: escritura pública + assistência de advogado + interesses capazes e concordes
- arrolamento sumário: homologação de partilha amigável entre partes capazes
- arrolamento comum: valor dos bens maior ou igual a 1.000 salários mínimos - simplificação do rito

bens sonegados da herança: a sonegação consiste no ^{ocultamento} ~~documente~~ intencional, pelo inventariante, herdeiro ou testamenteiro, de bens que deveriam ser inventariados ou relacionados.

A pena para a sonegação varia de acordo com quem a praticou:

- se herdeiro: este perderá o direito sobre o bem sonegado ou responderá pelo respectivo valor acrescido de perdas e danos, caso já o tenha alienado.
- se inventariante: será removido da inventariança e perderá o direito sobre o bem sonegado, se for também herdeiro ou meeiro. Neste caso, apenas se configura a sonegação após a prestação das primeiras e últimas declarações, com omissão intencional de bens e a afirmação de não existirem outros a inventariar.
- se testamenteiro: perderá a inventariança e o direito a remuneração ou vintena.

importante → para imposição da pena, deve o her-

deito ou credor interessado propor ação de saneamento no foro do inventário, aplicando-se o prazo prescricional geral de 10 anos.

@beatriznamiestudies

► **pagamento das dívidas do falecido:** as dívidas do falecido transmitem-se aos herdeiros, nos limites das forças da herança, isto é, até o limite do quinhão por cada um recebido, presumindo-se a aceitação em benefício do inventário.

✳ antes da partilha, os credores devem requerer o pagamento das dívidas diretamente nos autos do inventário, caso em que, havendo impugnação dos débitos, o juiz determinará a reserva em poder do inventariante de bens suficientes p/ seu pagamento, desde que o credor inicie a cobrança no prazo de 30 dias.

✴ após a partilha, cada herdeiro continua responsável pelos débitos, proporcionalmente à respectiva parte na herança.

► **colação:** a fim de que não se beneficie em vida um herdeiro em detrimento dos demais, fraudando-se a legitimidade dos herdeiros necessários, a doação importará adiantamento do que cabe ao beneficiário na herança.

Colação é o ato pelo qual os descendentes e cônjuge do de cujus beneficiados em vida com liberalidades declaram no inventário as doações no que se confirmam e igualem as legítimas, sob pena de sonegação.

✴ a declaração deve ser feita no prazo conferido às partes.

Dispensa-se da colação as doações realizadas pelo de cujus com indicação, via contrato ou testamento, de quem devam ser deduzidas da parte disponível, desde que não ultrapassem os limites desta, e também não se colaciona o valor dos gastos ordinários do ascendente com o descendente, enquanto este for menor.

✴ não há dispensa de colação em favor do herdeiro excluído ou renunciante.

► **Partilha:** A partilha consiste na divisão do espólio, apurado durante o inventário, entre os herdeiros e cessionários

da herança, após a dedução de eventual meação do cônjuge. Em caso de herdeiro único, opera-se simples adjudicação. Pode ser feita de forma judicial ou amigável, em vida ou post mortem.

@beatriznamiestudies

partilha

amigável → acordo + interesses capazes

judicial → falta de acordo ou interesse de incapaz

partilha amigável

em vida → por escritura pública ou testamento + respeito a legítima dos herdeiros necessários.

post mortem → por escritura pública, termos nos autos ou escrito particular homologado pelo juiz + herdeiros capazes

importante

→ a partilha judicial é exigível sempre que entre os herdeiros conste menor ou incapaz, ou quando divergirem sobre as respectivas quotas-parte, caso em que as partes formularão seus pedidos de quinhão, o juiz deliberará sobre as pretensões e o partidor organizará a partilha a partir das deliberações.

♥ anulação da partilha: pode ser anulada por dolo, coação, erro essencial ou intervenção de incapaz.

* prazo pl anulação é de 1 ano → prazo decadencial

A partilha judicial julgada por sentença, é rescindível por dolo, coação, erro essencial ou intervenção de incapaz. O prazo decadencial pl pleitear a rescisão é de 5 anos, contados do trânsito em julgado da última decisão proferida no processo.